

OS CICLOS DO PAU BRASIL E DO AÇÚCAR.

A expansão marítima dos povos da Europa, nos fins da Idade Média e começo da Idade Moderna, nada mais foi do que o reflexo do desenvolvimento comercial da época. As descobertas que caracterizam esse período foram verdadeiras emprêsas comerciais levadas a efeito por navegadores.

Com a tomada de Constantinopla pelos turcos, se esfacelou a mais importante rota comercial da Idade Média: a que ligava a Índia ao Mediterrâneo. Em consequência, novas rotas se faziam necessárias.

Os povos da Europa se voltam para o Atlântico e buscam um novo caminho para as Índias. Portugal, favorecido pela posição geográfica, lança-se na execução do périplo africano, com o fito de conquistar o comércio de especiarias que estava, até então, em mãos dos italianos e muçulmanos. Os espanhóis seguem as passadas dos portugueses e, mais tarde, os franceses e ingleses atiram-se também à faina dos descobrimentos.

E' preciso acentuar que os povos da Europa abordam as terras novas como comerciantes, como traficantes. A idéia de colonizar, de povoar, de civilizar, não ocorre. Isso porque não há ainda na Europa o problema do super-povoamento e do espaço vital.

O que êsses navegadores, misto de descobridores e negociantes, buscam, é ouro, marfim, escravos e especiarias.

Assim, o descobrimento do Brasil é um capítulo na história da expansão comercial européia. Essa descoberta foi intencional ou por acaso? Deixemos essa polêmica de lado para nos preocuparmos com a questão que interessa mais de perto ao nosso assunto. O Brasil aí estava. Que é que êle poderia oferecer de interesse prático para êsses navegadores-comerciantes ávidos de lucros? Que é que oferecia ao comércio? Poderia atrair povoadores?

O Brasil, localizado na zona tropical e sub-tropical, pelas condições climáticas, repele o povoador. Entretanto, essas mesmas condições que eram hostis ao povoador, poderiam constituir atrativo para os comerciantes. O clima tropical permitiria obter produtos que a Europa reclamava ansiosamente, por ser região de clima temperado. O clima seria um estímulo ao lucro, pois nas regiões

quentes pode-se produzir o açúcar, a pimenta, o gengibre, a noz moscada, o tabaco, o anil, o algodão, etc.

Infelizmente, aqui nada havia para comerciar. A terra estava semi-deserta. Só apresentava uma rala população de indígenas na idade da pedra que nada produziam. Não sabiam comerciar. Ofereciam um forte contraste com as populações da Índia, que forneciam ao comércio o almíscar, o sândalo, o âmbar, especiarias, louças, porcelanas, pérolas, etc., todos produtos de sua apurada civilização.

O homem branco gostaria de vir ao Brasil para negociar. Para especular. Para enriquecer o mais depressa possível e voltar para a Europa. Por isso, nossa terra decepcionou o português. Limitar-se a retirar do Brasil alguns produtos espontâneos, como as madeiras tintoriais e de marcenaria, peles, papagaios, macacos e bugios.

Se o Brasil não oferecia produtos ao comércio, ninguém pensou em criar tais produtos pela aplicação do trabalho à natureza exuberante. O português queria comerciar e não produzir. Seus braços eram pequenos e impotentes diante da imensidão da terra.

Entretanto, a evolução histórica obrigou a fixar-se à terra e a produzir a riqueza, êsse homem branco que pretendia apenas “fazer a América” e ir gozar na Europa os lucros auferidos.

Antes de chegarmos a essa fase de produção da riqueza, estudaremos o ciclo econômico do pau-brasil, que não exigiu a aplicação do trabalho na obtenção do produto, por ser uma simples extração ou coleta.

O pau-brasil

O pau-brasil é uma madeira que fornece matéria corante. Na época em que o Brasil foi descoberto, a indústria textil estava em pleno desenvolvimento e, como não se conhecessem ainda as anilinas artificiais que hoje utilizamos, o pau-brasil era uma matéria prima bastante apreciada e procurada. Era encontrada na costa brasileira, na zona da mata que contorna o litoral até a zona do Cabo Frio, com relativa densidade.

Sendo a única cousa de alguma valia que as terras brasileiras podiam oferecer, o comércio do pau-brasil foi logo transformado em monopólio da Corôa, sendo seu primeiro arrendatário Fernão de Noronha ou Loronha.

Não só portugueses, mas também corsários franceses traficaram ativamente com o pau-brasil, até meados do século XVI. Depois, essa extração foi diminuindo e se arrastando, sempre decadente, por mais 200 anos, até que os progressos da química permitiram a obtenção de anilinas sintéticas e, acarretaram o desintêresse pelo pau-brasil.

O ciclo do pau-brasil não passou de uma exploração rudimentar, não passou de uma simples coleta, uma típica indústria extrativa.

A mão de obra utilizada foi a indígena. Em troca de missangas, panos coloridos, canivetes, facas e outras quinquilharias, os índios cortavam o pau-brasil na mata e arrastavam os troncos até o litoral, onde eram amontoados para o embarque.

O indígena de nosso litoral, com seu gênero de vida nômade, pôde participar dessa atividade simples e fácil que era a extração do pau-brasil. Vivendo ainda no estágio econômico da coleta, pôde colaborar e ser eficiente nessa indústria extrativa.

Conseqüências — O ciclo econômico do pau-brasil trouxe como única conseqüência o reconhecimento do litoral brasileiro. A concorrência entre portugueses e franceses obrigou à construção de fortins, de feitorias, onde se armazenava o pau-brasil.

Economicamente, segundo Roberto Simonsen, os lucros auferidos foram de 120.000 contos, dos quais 30.000 para a Corôa portuguesa e o resto para os traficantes. Esse valor, de acôrdo com o citado economista, corresponde a uma extração de 300 toneladas anuais, durante 30 anos (1).

O lucro oferecido pelo pau-brasil não era tentador. Ia crescendo cada vez mais, em virtude das guerras de corso, das lutas com os franceses. A exploração do pau-brasil foi se convertendo numa empresa arriscada, cujos lucros eram muito magros para compensar os riscos e perigos. Os comerciantes se retraem. O monopólio do pau-brasil já não encontra arrendatários.

Terminou, assim, o ciclo econômico do pau-brasil. Não determinou povoamento nem estruturação social. Só determinou o aparecimento de algumas feitorias como Igaracú, Itamaracá, Bahiá, Pôrto Seguro, Cabo Frio e outras mais, sendo que muitas desapareceram destruídas pelos franceses ou pelo gentio.

Do comércio com o pau-brasil surgiu o nome de nossa terra, para escândalo dos religiosos, que, vêm tomar o lugar de um nome santo, um outro, que lembra, mais do que nada, o fito de lucros da época.

O espírito mercantil sobrepujou o forte sentimento religioso.

O ciclo do açúcar

No terceiro decênio do século XVI, o rei de Portugal enfrentou um dilema: ou abandonar de vez o Brasil aos franceses, ou apoderar-se dêle efetivamente pelo povoamento e colonização.

A Corôa optou pela posse efetiva e vários motivos preponderaram nessa decisão:

- 1 — conservar a posse do Brasil era uma questão de prestígio da política colonial portuguesa;
- 2 — havia sempre a esperança de encontrar em terras lusobrasileiras metais preciosos, como na América espanhola;

(1) — Simonsen, Roberto, "História Econômica do Brasil", I, pag. 96.

3 — a posse do Brasil, de certo modo, assegurava a posse da rota da Índia.

Essas razões determinaram o povoamento e a colonização do Brasil. Mas, quem viria povoar as nossas terras se nem sequer os traficantes se interessavam por elas? Quem se interessaria por uma região desprovida de riquezas? Sàbiamente decidiu o govêrno metropolitano: se não havia riquezas, era mister criá-las. Por outro lado, não havia em Portugal sobras de população. Sua população minguada sofrera sangrias contínuas com as expedições ao Oriente.

Essa míngua de capital-homem também foi contornada e compensada pelo excesso de mobilidade e miscibilidade do povo português. Mercê dessas qualidades um punhado de portugueses pôde povoar áreas enormes ligando-se às mulheres nativas e criando, pela multiplicação intensa, as populações mestiças.

Para compensar a falta de atrativos econômicos do Brasil, o rei dispensou aos que se dispuzessem a vir colonizá-lo vantagens consideráveis. Abriu mão de direitos soberanos. Criou as capitânias hereditárias e deu aos donatários vantagens e garantias compatíveis com o emprêgo de grandes capitais sob condições arriscadas.

Os donatários propuseram-se a vir estabelecer no Brasil a cultura de cana de açúcar. Apareceu assim, na História da Humanidade, um novo tipo de colonização, tendo como base a agricultura. Os portugueses foram os primeiros a lançar o exemplo de colonização agrária. Não se limitaram a extrair a riqueza e negociá-la. Lavraram a terra e criaram a riqueza para depois lançá-la no giro comercial.

Seguindo a diretriz dos portugueses, os outros povos da Europa vão se voltar para as terras novas, não apenas com o fito de as explorar comercialmente, mas de ocupá-las pela agricultura, de povoá-las, espalhando a civilização ocidental e plantando novas nações.

A colonização do Brasil teve como bases a lavoura de açúcar e as capitânias hereditárias.

Alguns historiadores salientaram demais os traços feudais das Capitânias, considerando-as um retrocesso em relação às conquistas políticas da época.

Na verdade, ao fazer a concessão das donatárias a homens ricos e fidalgos, a Corôa cercou-os de direitos, que, no fundo, não passavam de garantias necessárias a quem vai arriscar todos os seus haveres.

Há um fator fundamental que distingue a capitania hereditária do feudo mediaval: o fito de lucro. Os donatários eram capitalistas que vinham explorar, em larga escala, a produção açucareira.

Além do mais, o feudalismo sempre foi atenuado na Ibéria. Há, na capitania traços de semelhança com o feudo: há a hierarquia social, há poderes quase soberanos, etc.. Mas até hoje, em condições

excepcionais se concedem poderes excepcionais a um chefe de esquadra, em alto mar...

Também acentua-se exageradamente o fracasso do sistema. Na verdade, a tentativa não foi coroada de pleno êxito, porque os donatários tiveram que lutar contra muitos inimigos e todos ao mesmo tempo: o corsário francês, o indígena, o meio adverso, a floresta, o inseto, as febres, as feras, o calor excessivo.

Duarte Coelho exprime tôdas essas dificuldades numa frase de dramática simplicidade: "Somos obrigados a conquistar por polgadas, as terras que V. Magestade nos fêz mercê por léguas"...

Em todo o caso, não foram instituídas em vão: duas capitanias tiveram extraordinário sucesso — São Vicente e Pernambuco. Além disso, outros nódulos dispersos de povoamento se formaram em todo litoral, balisando-o e assegurando sua posse. O sistema estava acima das forças dos donatários. Foi preciso criar o Governo Geral para que estabelecesse a segurança indispensável ao trabalho, à ordem e à cooperação entre os donatários.

De qualquer forma, com as capitanias hereditárias, estabeleceram-se as bases de nossa evolução agrária. Com as donatárias instalaram-se no Brasil os primeiros engenhos. Surgiu o ciclo econômico do açúcar.

Esses fidalgos e homens ricos que vieram empatar capitais no Brasil, visaram a produção de um gênero de alto valor comercial e, por isso, muito lucrativo. Na época, o açúcar era um produto precioso. De luxo. Figurava em dotes de princesas, etc. Os portugueses já haviam feito experiências com essa cultura nas ilhas Madeira, Açores, etc. Sabia-se que, no Brasil, o clima se prestava a essa cultura. O solo era apropriado. Os capitais foram fornecidos por banqueiros judeus de Portugal e Holanda. As glebas de terra e as ambições sobravam. Contava-se para o trabalho, com a mão de obra indígena.

Com todos esses fatores que condicionam a produção agindo favoravelmente, surgiu o latifúndio açucareiro. Surgiu a grande propriedade. Esse caráter latifundiário da lavoura açucareira explica-se. A cultura da cana só se presta a grandes plantações. O açúcar só é rendoso quando fabricado em larga escala, porque constitui uma verdadeira indústria agrícola, custosa e complexa.

Por outro lado, os que vinham para cá, sonhavam com grandes latifúndios e propriedades. Não fariam o sacrifício de exilar-se para terras tão ásperas, para serem meros sitiantes...

Essas circunstâncias determinaram o tipo de exploração agrária: a grande propriedade. A grande propriedade se completa com a monocultura. Isso porque todos os esforços se canalizam na produção do açúcar, que é extraordinariamente rendosa. É tal a preocupação com o açúcar que há na colônia verdadeiras crises de artigos de subsistência. É preciso legislação especial que obrigue os lavradores a reservar certas áreas para a cultura da mandioca!

Com o latifúndio e a monocultura, aparece o escravo. Sem o escravo, de nada valeria a terra. O chão era praticamente de quem o ocupasse. Só o braço escravo é que podia transformar a terra em riqueza. Assim, a riqueza de uma pessoa não se contava por área de terra possuída, léguas, alqueires, etc. mas sim pelo número de escravos.

A instituição da escravatura no Brasil colonial foi uma necessidade, já pelo clima, já pela extensão das áreas a cultivar, já pela falta de efetivos humanos em Portugal. Como vimos acima, de início houve tentativa de escravização do ameríndio. Este, porém, de pequena resistência física, fraco, mal alimentado, em estágio cultural atrasado, só pôde ser aproveitado no ciclo do pau-brasil. No ciclo do açúcar, com a produção rigidamente organizada, obedecendo a uma disciplina e a uma sistematização rigorosas, e onde eram necessários alguns conhecimentos técnicos, o ameríndio fracassou. Só era aproveitado quando o elemento negro escasseava e nas tarefas mais rudimentares. Dessa falta de adaptação cultural do índio à atividade organizada e sedentária que era a agricultura do açúcar, surgiu o tabú do indígena rebelde, ativo, de sentimentos nobres, que preferia morrer a ser cativo...

O escravo negro, em geral apresentando estágio cultural mais elevado, conhecendo e praticando a agricultura e o pastoreio, foi trazido em massa da África e constituiu a coluna mestra dos engenhos e plantações de cana.

Vimos assim, o trinômio que caracteriza o ciclo do açúcar: o latifúndio, a monocultura e o escravo.

A unidade econômica que produz o açúcar é conhecida sob o nome de engenho. O engenho é um estabelecimento complexo, um verdadeiro mundo em miniatura. Compõe-se de numerosas construções (a casa-grande, onde habita o senhor de engenho, a senzala, a capela, as oficinas, as estrebarias). Abrange uma parte mecânica e um maquinário rústico: a moenda, a caldeira, a casa de purgar. Compreende grandes extensões de terras: as ocupadas com os canaviais, com os pastos, com culturas alimentares, com as matas que fornecem lenha para as fornalhas e para as construções. Dispõe também de um sistema completo de transporte de caixas de açúcar do engenho ao pôrto exportador (barcas, carros de boi, bois carreiros, carroças, cavalos, etc.).

Em média, um engenho possui de 80 a 100 escravos, sendo que houve engenhos com mais de 1.000. Os trabalhadores livres são raros: são os feitores, os mestres, os purgadores, os capatazes.

O engenho só exportava açúcar e só vivia de açúcar e para açúcar. Porém, em virtude das condições da época, devia produzir também quase tudo para a grande multidão que o movimentava, apesar da recalcitrância dos proprietários em não desviar os esforços da produção principal.

As circunstâncias, porém, obrigavam o engenho a funcionar autarquicamente e suas atividades se desdobraram na fiação de algodão, tecelagem de panos grosseiros, fabricação de sabão, tijolos, ferramentas, sapatos, arreios, móveis, carroças, etc.

As mucamas, sob a direção da senhora da casa grande, animavam e sustentavam a indústria doméstica: fiavam, costuravam, vestiam, alimentavam os familiares e a escravaria.

Os escravos cultivavam os canaviais, transportavam os carros de cana para as bagaceiras, moviam o engenho, faziam o açúcar, as caixas para acondicioná-lo e o transportavam. Assim, além dos negros de enxada e foice, havia os da moenda, os barqueiros e canoeiros, os vaqueiros e os da casa-a-dentro (pagens, mensageiros, guarda-costas, etc.). Havia também os negros de ofício, os carapinas, oleiros, ferreiros, sapateiros, etc.

A economia açucareira produziu uma estruturação social própria. A pirâmide social no Nordeste dos engenhos é constituída por uma grande massa de população escrava ou proletária, formada de negros, mestiços e brancos pobres, tendo no ápice uma pequena minoria de brancos.

Não há lugar para a classe média nessa sociedade escravocrata. Entre os senhores de engenho todo-poderosos e a massa escrava, os que são livres, mas não possuem fortuna, são anulados, esmagados, desaparecem, assimilados e absorvidos pela classe inferior.

O senhor de engenho está no pináculo da pirâmide social. Ele é nobre, porque o engenho enobrece, aristocratiza. Em torno dos engenhos formou-se uma aristocracia baseada na fortuna, pois que, para montar um engenho são precisos vultosos cabedais — 10.000 cruzados no mínimo.

O senhor de engenho habita a casa grande. Esta representa a abastança, a fartura, o poder. É hospitaleira. Nela se realizam festins que duram dias, geralmente caçadas e festas religiosas. O dono do engenho se dá ao luxo de possuir adegas que entesouram vinhos finos. Suas estrebarias abrigam cavalos custosos, de raça.

O senhor de engenho vive à lei da nobreza; alterna a tarefa penosa de dirigir a propriedade agrícola-industrial com as caçadas e exercícios equestres, as festas aparatosas em torno de motivos religiosos, comemorações de padroeiros, procissões, etc. Possui famulagem numerosa. Pagens. Transforma em luxo, prazer e ostentação os rendimentos da indústria canavieira. Muitos, em suas demonstrações de grandeza acabaram se endividando e se submetendo aos mercadores, burgueses-judeus do litoral, que lhes forneciam capitais em dinheiro ou em escravos, gêneros e ferramentas, auferindo gordos lucros e cobrando juros extorsivos.

O dono do engenho era, em geral, o chefe temido e onipotente de família numerosíssima. Um verdadeiro patriarca. Ao lado da mulher legítima, branca, mantinha outras, de côr, que lhe davam filhos mamelucos ou mulatos. A imensa prole se criava junta, com

a maior naturalidade. Ninguém ousaria criticar os hábitos e a moralidade do magnata do açúcar. Com isso, processava-se a miscigenação. Povoava-se o Nordeste brasileiro com uma sociedade mestiça e colorida, cujos traços até hoje perduram.

A sexualidade do branco diminuía as distâncias entre a casa grande e a senzala, atenuava os ângulos mais ásperos do regime escravocrata e amenizava seus traços mais duros.

Nessa sociedade híbrida, o homem branco predominava de forma incontestável. Sendo a figura dominante, impunha e incutia na prole mestiça e na sociedade em geral, sua língua, seus costumes, suas crenças.

O homem branco que veio apenas para enriquecer e partir, foi se fixando à terra pela agricultura, foi se deixando ficar e se prendendo aqui por fundas raízes.

À sociedade rural e escravocrata do Nordeste, se opõe a sociedade urbana, de pouca expressão nessa época. São os burgueses de Recife, de Olinda e de Salvador. As cidades litorâneas não têm o brilho e a importância dos engenhos. Nelas, os mercadores vivem da exportação do açúcar e do comércio. Parasitam a lavoura, por isso, são antagônicos o meio rural e o urbano.

Também é necessário estabelecer um confronto entre esse Nordeste rico, populoso, centro da gravitação econômica e política durante os dois primeiros séculos de nossa história, e o Sul, a Capitania de São Vicente.

O açúcar foi introduzido na mesma época cá e lá. Aqui também se ensaiou o estabelecimento dos engenhos. Entretanto, vemos que, enquanto o Nordeste conhecia a riqueza, a fartura, a prosperidade, São Vicente só conheceu a estagnação, a miséria, a pobreza.

São Vicente não pôde concorrer com o Nordeste no fornecimento de açúcar à Europa, por uma questão de frete, de maior custo de transporte, pois está mais afastado da Europa cerca de 1.500 quilômetros. Essa diferença era vital, numa época em que não existia ainda o vapor para mover as embarcações (2).

Não podendo fornecer à Metrópole produtos tropicais porque o Nordeste os oferecia mais baratos, o núcleo vicentino só pôde se dedicar a uma indústria — a do apresamento do índio. Daí, as bandeiras, as correrias pelo sertão. Os escravos ameríndios eram vendidos para o Nordeste opulento, a preço irrisório comparado ao preço de um africano, por ser um escravo de pouca valia.

Assim, São Vicente vegetava pobremente, apresentando uma sociedade democrática, tendo como base a pequena propriedade e com uma composição étnica diferente da do Nordeste, pois não havia sangue negro na sua composição.

(2) — Ellis Jr., Alfredo, "História da Civilização Brasileira", n.º 3, Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo.

A principal atividade do homem planaltino — o apresamento de índio era acessória da produção açucareira: supria as deficiências do tráfico negroiro.

Ainda outra região econômica existe no Brasil colonial que deve ser posta em confronto com o Nordeste açucareiro: é a zona nordestina mais interior, o “outro” Nordeste. É a retarguarda que abastece de carne o Nordeste do açúcar. É a zona dos currais, que se contenta com as terras mais pobres, desprezadas pelo açúcar. Aí, o povoamento é raro pois a criação de gado exige pequena mão de obra. A estruturação social é mais democrática, porque para erguer um curral, não há necessidade de grandes capitais. É também, como a região vicentina, zona subsidiária da zona açucareira: fornece-lhe um gênero de primeira necessidade.

Vemos que tudo no Brasil dos séculos XVI e XVII, gira em torno da produção do açúcar. Além do bandeirismo que lhe fornece mão de obra, além da pecuária que supre de carne os engenhos, produz-se também tabaco e aguardente para o escambo com os escravos africanos, que vinham trabalhar nos engenhos.

Roberto Simonsen calcula o valor da exportação colonial do açúcar em mais de 300 milhões de libras, não incluindo nessa cifra o valor do açúcar consumido na colônia, só o exportado (3). Rendimento superior ao do ciclo do ouro!

Na segunda metade do século XVII, a produção açucareira começou a dar sinais de decadência. As Antilhas holandesas, inglesas e francesas passaram a concorrer com o Nordeste no fornecimento de açúcar à Europa. Colbert e Cromwell inauguraram o política protecionista, dando preferência a artigos de suas próprias colônias. Proibiram a entrada do açúcar brasileiro em suas respectivas Metrópoles. No fim do século XVII, a descoberta do ouro acentua ainda mais a ruína dos engenhos, determinando o desvio de capitais e de mão de obra para a região das minas.

O século XVIII é o século do fulgor do ouro e da decadência do açúcar.

Nos fins deste século, há um novo surto da indústria açucareira; o aumento da população mundial, a Revolução Industrial, o aumento geral dos preços causado pelo ouro brasileiro, o consumo do chá, do café e do cacau, estimularam a produção e o comércio do açúcar.

Mas, logo no início do século XIX, a invenção do açúcar de beterraba causou nova crise na produção do açúcar de cana.

Numerosas conseqüências teve, para o Brasil, o ciclo econômico do açúcar.

Graças à cana de açúcar, há a colonização e o povoamento do Brasil. Há a fixação definitiva do europeu no Brasil e com êle, a implantação da civilização ocidental em nosso país. O açúcar de-

(3) — Simonsen, Roberto, loc. cit., I, 175.

terminou a formação de grandes centros demográficos no Nordeste, pela convergência de povoadores brancos, em minoria, indígenas e uma grande massa de africanos. Dessa aproximação das três raças, resultou a intensa mestiçagem e a formação de uma população híbrida, bem adaptada ao "habitat".

A lavoura canavieira determinou, também, a posse efetiva e direta da faixa litorânea do Nordeste. Indiretamente, o açúcar determinou a posse do sertão vizinho à zona dos engenhos, pela pecuária, e acarretou o reconhecimento do centro-sul pelas bandeiras.

A lavoura canavieira determinou, também, a posse efetiva e patriarcal, aristocrática, escravocrata e agrária, com características próprias e tendo como base o latifúndio.

Determinou grande concentração de riquezas e capitais. Deu às populações do Nordeste grande poder aquisitivo e elevado nível de vida.

Onde há riqueza, há desenvolvimento intelectual. Com a riqueza, os senhores de engenho podem mandar seus filhos estudar em Coimbra. Forma-se, assim, no Nordeste, uma elite culta que se realça na literatura.

A prosperidade açucareira teve também conseqüências de ordem política. Ela atrai para o Nordeste o eixo político-administrativo da colônia. A capital instala-se em Salvador.

Mas, a riqueza açucareira atraiu também a cobiça estrangeira e, daí, o domínio holandês. A euforia açucareira explica porque os ataques dos holandeses se dirigiram contra a Bahia e contra Pernambuco. Roberto Simonsen calcula em 15 milhões de libras o valor do açúcar extraído pelos Países Baixos durante a ocupação holandesa (1630-1650) (4).

Como última conseqüência do açúcar, podemos frisar a repercussão na vida econômica do país determinando o apresamento, no Sul; a pecuária, no sertão do Nordeste e as lavouras de tabaco, na Bahia.

MAFALDA P. ZEMELLA

Assistente da Cadeira de História da
Civilização Brasileira (U. S. P.).

(4) — Simonsen, Roberto, loc. cit., I, 182.